

**Of. FÓRUM nº 025/2021**

Brasília/DF, 18 de março de 2021.

Ao Senhor Presidente da República  
**Jair Messias Bolsonaro**

C/C: Ministro-Chefe da Casa Civil, Senhor Braga Netto  
C/C: Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, Senhor Luiz Eduardo Ramos  
C/C: Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Senhor Onyx Lorenzoni  
C/C: Ministro da Economia, Senhor Paulo Guedes  
C/C: Ministro da Educação, Senhor Milton Ribeiro

**Assuntos:** Reedição de medidas para mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19 em setores bastante impactados.

Senhor Presidente,

O **Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (Fórum)**, na condição de representantes das entidades mantenedoras, sindicatos e associações do ensino superior e de ensino básico particular, vem, respeitosamente, apresentar a atual conjuntura da Educação Particular em 2021 diante do desafio imposto pela pandemia do coronavírus, bem como solicitar a reedição de medidas bem sucedidas, de grande importância e urgência em prol dos setores mais impactados como, em especial, o da Educação.

Como previamente apresentado em expedientes encaminhados ao senhor, o Fórum reconhece todos os esforços e o empenho do Poder Executivo Federal para suplantar as dificuldades impostas pelo novo coronavírus. Há mais de um ano o Governo Brasileiro tem demonstrado, em diversas oportunidades, a necessidade da prevalência do bom senso para se resguardar a estrutura econômica nacional, o que tem sido feito com medidas exitosas de concessão de auxílios às empresas e em programas de preservação de empregos.

A Educação Particular foi um dos setores mais afetados pela pandemia, com reflexos devastadores diluídos desde março do ano passado e ainda percebidos de forma agravada na atualidade como, por exemplo, redução do número de jovens com acesso à educação. Importante lembrar que o ensino superior particular responde por mais de 75% das vagas no país e está sofrendo com a evasão e o baixo ingresso de alunos, o que demanda fortalecer políticas públicas específicas com esse objetivo. O cenário atual do setor e dos jovens é muito delicado e as consequências dessa realidade poderão ser dramáticas para o futuro de nossa nação.

Neste período de crise, além das dificuldades econômicas, as instituições de ensino privado se depararam com várias decisões conflitantes de diferentes esferas de Poder, com suspensões compulsórias de suas atividades por deliberação dos entes governamentais e/ou do Poder Judiciário; com decisões impondo descontos indevidos nas mensalidades; com bruscos ajustes em seus calendários escolares; com a necessidade de readequação de suas estruturas físicas e da compra de equipamentos para proporcionar, em um primeiro momento, o ensino remoto de seus alunos, o que foi feito com competência e agilidade pela Educação Particular.

Todavia, ao longo desse um ano de pandemia, é inconteste que a Educação Particular envidou e prossegue envidando todos os esforços para manter a qualidade e o primor do ensino aos seus estudantes. Todavia, muitas instituições não tiveram estrutura financeira e não lhes restaram outra alternativa que fosse encerrar as suas atividades, a despeito no que foi vivenciado, de forma mais sensível, nas escolas do ensino básico.

### **Importância da Educação para os cofres públicos**

Entre todos os setores econômicos, a Educação Particular pode ser adjetivada como um setor especial, notadamente no que se refere às contrapartidas que proporciona ao Estado brasileiro. Nesse sentido, no ensino particular há 15,5 milhões de alunos (mais de 80% de classes C, D e E) que, com base nos custos médios do setor público, reduzem em cerca de R\$ 225 bilhões por ano as despesas públicas. Este é o montante que as 41 mil instituições de ensino particular do País desoneram o Estado.

Novamente, cabe ressaltar que desde o início da pandemia, várias instituições de ensino particular não tiveram respaldo para transpor, mesmo que por alguns meses, a crise econômica. Desta forma, são inúmeros os casos de escolas que tiveram que encerrar em definitivo as suas atividades, o que ensejou demissões no setor.

Por outro lado, os estudantes e/ou suas famílias tiveram dificuldades em arcar com o pagamento das mensalidades estudantis, fato que aumentou o número de alunos que migraram para o sistema público educacional, o que, sem dúvida alguma, refletiu no aumento de custos adicionais ao Estado Brasileiro.

Dito isto, cabe-nos solicitar apoio para nova adoção de medidas emergenciais ao setor da Educação Particular, a fim de que seja dado fôlego às famílias de estudantes e às instituições, preservando a nossa estrutura educacional.

### **1. Diferimento nos Encargos Previdenciários e no PIS/COFINS**

Pleiteia-se o diferimento dos pagamentos dos encargos previdenciários (Contribuição Previdenciária, RAT, INCRA e Sistema S) e do PIS/COFINS para a Educação Particular, a partir da suspensão, pelo período de 08 (oito) meses, do recolhimento destes encargos sobre a folha salarial. Os valores correspondentes a esse período de suspensão seriam parcelados, com quitação prevista em 60 (sessenta) meses, sem incidência de multas e aplicação de juros. Essa medida, caso atendida, irá contribuir de forma efetiva para manter a regularidade fiscal e a saúde financeira das empresas, bem como permitir a manutenção de suas atividades.

### **2. Programa de Crédito para as instituições de Educação Particular**

Faz-se imprescindível a criação de um programa específico para as instituições privadas de educação superior, com uma linha de crédito fundamentada nas dificuldades para enfrentar a pandemia, com aumento de evasão e inadimplência, e se reinventar. Mesmo com as aulas à distância, os seus custos foram mantidos e, em alguns casos, majorados, em virtude dos investimentos promovidos em tecnologia e telecomunicações, ferramentas para as aulas remotas, pagamento do corpo docente e de toda a estrutura oferecida quando da retomada das aulas no sistema híbrido (elementos sanitizantes, entre outros).

### **3. Criação do Programa Fies Emergencial**

Uma das preocupações do Fórum refere-se à manutenção de condições para formação de mais de seis milhões de estudantes da educação superior, bem como a necessidade de um programa de financiamento estudantil emergencial que garanta aos alunos a renovação de matrículas, além de dar oportunidade para novos ingressantes.

No ano passado a pandemia atingiu duramente os estudantes de menor renda matriculados no ensino superior particular. Juntos, eles representam 89,6% do total dos alunos, ou seja, cerca de 6 milhões de estudantes pertencentes às classes C, D, E. Boa parte deles compõem o contingente de milhares de estudantes com dificuldades de pagar suas mensalidades e que são fortes candidatos a um financiamento emergencial.

Diante disso, faz-se necessário viabilizar medidas financeiras para atuar nestas circunstâncias, através de um Fies Emergencial, fundamental em face de tais circunstâncias emergenciais. Como a proposta prescinde de alteração da Lei que regulamenta o Fies, bastando para isso regulamentação infralegal. O Programa Fies Emergencial precisaria ser criado, com as seguintes premissas:

- Oferta de 700 mil vagas para financiamento no âmbito do Fies para 2021 e 2022;
- Compromisso governamental em financiar 100% do valor da mensalidade com possibilidade de amortização parcial imediata de acordo com as condições de cada estudante;
- Compromisso pela instituição de ensino de conceder desconto de 10% no valor da mensalidade no momento da contratação, além dos descontos de caráter coletivo já assegurados automaticamente aos estudantes;
- Manutenção das regras de acesso ao programa (Fies) atualmente em vigor;
- Que o sistema para adesão fique aberto durante 2021 para que o aluno possa fazer a contratação de acordo com a sua necessidade financeira;
- Que sejam usadas as plataformas/sites já existentes para a seleção e a aprovação do estudante, reduzindo assim o tempo para a criação do programa;
- Que a seleção, a aprovação e a contratação sejam de modo online, evitando assim que os estudantes necessitem comparecer às IES e às agências, para diminuir aglomerações de pessoas.

As propostas apresentadas, caso implantadas pelo Poder Executivo, contribuirão para darmos continuidade à formação de centenas de milhares de jovens que, em muitos casos, não possuem alternativas de estudo ou ocupação e para preservar a parte estratégica da estrutura educacional brasileira.

Face o exposto, diante do grave cenário projetado e dos preocupantes impactos da crise do coronavírus na educação no Brasil, o Fórum vem trazer suas contribuições e solicitações para que o senhor as avalie e possa dar o melhor encaminhamento a essas soluções consideradas de grande importância para o País.

Sendo o que cumpria expor e requerer, o Fórum se coloca à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,



**Celso Niskier**

**Associação Brasileira de Mantenedoras de  
Ensino Superior – ABMES**



**Arthur Sperandeo de Macedo**

**Associação Nacional dos Centros  
Universitários – ANACEU**



**Edgard Larry Andrade Soares**

**Associação Brasileira das Mantenedoras das  
Faculdades – ABRAFI**



**Paulo Antonio Gomes Cardim**

**Confederação Nacional dos Estabelecimentos  
de Ensino – CONFENEN**



**Hermes Ferreira Figueiredo**

**Sindicato das Entidades Mantenedoras de  
Estabelecimentos de Ensino Superior no  
Estado de São Paulo – SEMESP**



**Amábile Pacios**

**Federação Nacional das Escolas Particulares –  
FENEP**



**Rui Otávio Bernardes de Andrade**

**Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado  
do RJ – SEMERJ**